

São Luís Engenharia Ambiental S.A. Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, acompanhadas do relatório do auditor independente, da São Luís Engenharia Ambiental S.A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente à nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. São Luís, MA, 30 de maio de 2025.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	600	2.635
Contas a receber de clientes	5	17.986	18.011
Impostos a recuperar	6	9.085	7.711
Estoques	-	1.208	856
Outros ativos	-	393	426
Total do ativo circulante		29.272	29.639
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	5	38.725	43.643
Depósitos judiciais	13	1.014	978
Imobilizado	7	15.696	16.318
Total do ativo não circulante		55.435	60.939
Total do ativo		84.707	90.578

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	8	3.788	7.996
Empréstimos e financiamentos	9	576	5.255
Obrigações tributárias	-	1.085	1.960
Obrigações trabalhistas	10	10.944	11.712
Dividendos a pagar	14.c	8.077	-
Partes relacionadas	11	12.865	6.811
Outros passivos	-	463	217
Total do passivo circulante		37.798	33.951
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	903	958
Tributos diferidos	12	3.065	3.106
Partes relacionadas	11	19.988	29.118
Provisão para demandas judiciais	13	1.152	1.027
Total do passivo não circulante		25.108	34.209
Patrimônio líquido	14		
Capital social	-	5.168	5.168
Reservas de lucros	-	16.633	17.250
Total do patrimônio líquido		21.801	22.418
Total do passivo e patrimônio líquido		84.707	90.578

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	15	179.614	170.593
Custos operacionais	16	(173.629)	(177.797)
Lucro (prejuízo) bruto		5.985	(7.204)
Administrativas	17	(2.304)	(3.106)
Outros resultados operacionais	18	701	1.305
Prejuízo operacional		4.382	(9.005)
Receitas financeiras	-	7.187	4.681
Despesas financeiras	-	(1.630)	(826)
Resultado financeiro líquido		19	3.855
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		20	(5.150)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(2.259)	(85)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(220)	220
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.460	(5.015)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.460	(5.015)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	7.460	(5.015)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros		Reserva de reservas de lucros	Total	Lucros (ou prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.168	1.004	21.231	22.265	-	22.418
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(5.015)	(5.015)
Transferência para reserva de lucros	-	-	(5.015)	(5.015)	5.015	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.168	1.004	16.216	17.250	-	22.418
Dividendos propostos conf. AEE de 05/10/2025	-	-	(7.704)	(7.704)	-	(7.704)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.460	7.460
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(107)	(107)
Transferência para reserva de lucros	-	-	7.807	7.807	(7.807)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.168	1.004	15.599	16.633	-	21.801

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.460	(5.015)
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciações	7.b	4.567	3.026
Valor residual do imobilizado baixado	7.b	886	4.452
Reversão para demandas judiciais	14	125	(1.082)
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos	9.b	877	410
Lucro líquido ajustado		14.015	1.791
Variáveis nos ativos e passivos			
Contas a receber	5	4.943	5.600
Estoques	-	(352)	129
Impostos a recuperar	6	(1.374)	(2.544)
Partes relacionadas	12	(3.076)	(7.270)
Depósitos judiciais	14	(36)	(67)
Outros ativos	-	33	(77)
Fornecedores	8	(4.208)	4.526
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	9.b	(877)	(410)
Obrigações tributárias	10	(916)	490
Obrigações trabalhistas	11	(768)	1.444
Outros passivos	-	246	37
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		7.630	3.659
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	7.b	(4.931)	(7.365)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(4.931)	(7.365)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos	9.b	361	7.126
Pagamento de empréstimos e financiamentos	9.b	(5.095)	(1.172)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento		(4.734)	5.954
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(2.035)	2.248
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	2.635	387
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	600	2.635
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(2.035)	2.248

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto Social
A São Luís Engenharia Ambiental S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital de fechado, subsidiária da Vital Engenharia Ambiental S.A., em 14 de março de 2012 (data da constituição) e tem como objeto social a execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa do serviço de limpeza pública, a disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de São Luís – MA, pelo prazo de 20 anos contados da data de assinatura do contrato.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de elaboração
a) Declaração de conformidade e mensuração
As demonstrações contábeis da Companhia são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas exige a utilização de determinadas estimativas contábeis e políticas contábeis materiais. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa no 3.15.
As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.
A emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas para emissão pela Administração em 03 de junho de 2026.
b) Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Para fins de apresentação, as demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais ("R\$"), exceto quando mencionado de outra forma, e os saldos são arredondados para o milhar mais próximo indicado.
c) Continuidade operacional
A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações contábeis, expectativa razoável de que possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações contábeis.

3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas
As políticas contábeis descritas em detalhes adiante têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa compreendem caixa em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente convertíveis em montantes conhecidos de caixa, com vencimentos originais iguais ou inferiores a 90 dias, e que estejam sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, sem restrições para resgate. As aplicações financeiras são, majoritariamente, certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados, em média, a 100% do CDI, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.2. Instrumentos financeiros
i) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.
Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros exceto quando mensurados ao valor justo por meio do resultado.
Os direitos ou passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia possui direito legal de compensação e a intenção de liquidar em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros
Os ativos financeiros avaliados ao custo amortizado são avaliados quanto à redução ao valor recuperável ao final de cada período de reporte. As perdas são reconhecidas quando houver evidência objetiva de que a Companhia não recuperará integralmente os fluxos de caixa contratados.
ii) Passivos financeiros não derivativos
Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.
Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
iii) Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos e não realiza operações com instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

3.3. Contas a receber
As contas a receber correspondem a valores a receber por serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia e são registradas inicialmente pelo valor justo, sendo mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, deduzidas, quando aplicável, de provisão para perdas estimadas de crédito.
Os recebíveis são classificados como circulantes ou não circulantes de acordo com seus prazos de vencimento. A Companhia avalia, ao final de cada exercício, a recuperabilidade dos saldos a receber, considerando o histórico de recebimentos, a natureza da contraparte e demais informações disponíveis. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração entende que tais valores são recuperáveis e, portanto, não foi constituída provisão para perdas no exercício.
Os saldos a receber do Poder Concedente são classificados como ativos financeiros quando existe direito contratual de recebimento de caixa, incluindo créditos decorrentes da execução do contrato de concessão e valores formalizados por meio de acordos de pagamento, mensurados ao custo amortizado e atualizados conforme os termos contratuais.

3.4. Investimento
Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultados de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir.
Entidades controladas são aquelas que, de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital volante).
Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia.
O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada.

3.5. Imobilizado
Os itens do imobilizado são reconhecidos quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados ao ativo fluirão para a Companhia e quando o custo puder ser mensurado de forma confiável.
O imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção e à preparação do ativo para o uso pretendido pela Administração.
Softwares adquiridos que sejam essenciais ao funcionamento de equipamentos são capitalizados como parte integrante do respectivo bem. Ganhos ou perdas na alienação ou baixa de itens do imobilizado correspondem à diferença entre o valor recebido e o valor contábil, sendo reconhecidos no resultado do exercício.
Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando resultam em benefícios econômicos futuros adicionais; os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
A depreciação é reconhecida pelo método linear, com base nas vidas úteis econômicas estimadas dos ativos.
A depreciação é iniciada no mês subsequente ao da disponibilização do ativo para uso. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis e os valores residuais são revisados ao final de cada exercício.
A Companhia avalia, ao final de cada exercício, a existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável dos ativos do imobilizado, reconhecendo eventual perda no resultado quando o valor contábil exceder o valor recuperável.

3.6. Estoques
Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, em conformidade com o CPC 16 – Estoques. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição e ao uso nas atividades operacionais, tais como transporte e armazenagem.
Os materiais mantidos em almoxarifado e destinados ao uso direto nas atividades operacionais da Companhia são classificados como estoques e reconhecidos no resultado à medida de seu consumo. Materiais de natureza administrativa ou de apoio são reconhecidos como despesa quando consumidos.

3.7. Contrato de concessão – Seção 34 do CPC PME (R1) – Concessão de Serviços
A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a seção 34 do CPC PME (R1) – Concessão de serviços. Concessão de serviços é um contrato onde o governo ou outro órgão do setor público (concedente) contrata uma entidade operadora privada para desenvolver (ou aperfeiçoar), operar ou manter ativos de infraestrutura da concedente, tais como rodovias, pontes, túneis, aeroportos, redes de distribuição de energia, hidroelétricas, penitenciárias ou hospitais. Nesses acordos, a concedente controla ou regula os serviços os quais a entidade operadora necessita fornecer por meio da utilização dos ativos, para quem, e por qual preço, e controla alguma participação residual significante dos ativos ao final do período do acordo de concessão.
Existem duas categorias principais de acordos de concessão de serviços:
(a) Na primeira, a entidade operadora recebe um ativo financeiro – um direito contratual incondicional de receber um valor em dinheiro ou outro ativo financeiro especificado ou determinado pelo governo, em troca da construção ou aperfeiçoamento do ativo do setor público, e posterior operação e manutenção do ativo por um período específico. Essa categoria inclui

garantias do governo de pagar por quaisquer insuficiências entre os valores recebidos dos usuários do serviço público e os valores especificados ou determináveis.

(b) Na outra, a entidade operadora recebe um ativo intangível – um direito de cobrar pelo uso do ativo do setor público que construir ou aperfeiçoar e em seguida operar e manter por um período específico. Um direito de cobrar os usuários não é um direito incondicional de receber dinheiro porque os valores estão condicionados à extensão na qual a população utilizar o serviço.

Algumas vezes, um único contrato pode conter os dois tipos: na extensão em que o governo concede uma garantia incondicional de pagamento pela construção do ativo do setor público, a entidade operadora possui um ativo financeiro; na extensão em que a entidade operadora conta com a população utilizando o serviço para obter o pagamento, a entidade operadora possui um ativo intangível.

i) A entidade operadora deve reconhecer um ativo financeiro na extensão em que tiver um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro da concedente ou receber em nome da concedente pelos serviços de construção. A entidade deve mensurar o ativo financeiro pelo valor justo.

3.8. Fornecedores
As contas a pagar a fornecedores referem-se a obrigações decorrentes da aquisição de bens ou serviços no curso normal das operações, classificadas como passivo circulante ou não circulante conforme o vencimento. São reconhecidas inicialmente pelo valor justo e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado. Quando relevantes, as compras a prazo são ajustadas a valor presente, sendo o ajuste apropriado como despesa financeira ao longo do prazo de pagamento.

3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures
Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.
Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.
As debêntures são apresentadas no passivo circulante, quando a liquidação é esperada dentro de 12 meses, ou no passivo não circulante, quando a liquidação é esperada após esse período, exceto dos juros.

3.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes
Os ativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando os recursos advêm de eventos passados, e que a entidade tenha controle e certeza de que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.11. Imposto de renda e contribuição social
A Companhia é tributada pelo regime do Lucro Presumido, conforme legislação fiscal vigente. As despesas de imposto de renda e contribuição social são reconhecidas pelo regime de competência, incluindo, quando aplicável, tributos diferidos, conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 12 e 20.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é 15% com adicional de 10% sobre uma base superior a R\$ 240 anuais e a alíquota da contribuição social é de 9%.
3.12. Avaliação do valor recuperável de ativos
A Administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.
Com base na avaliação da administração, não foram identificados indicadores de perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.13. Reconhecimento de receita
A receita do contrato corresponde à contraprestação a que a Companhia tem direito pela prestação dos serviços no âmbito do contrato de concessão, sendo reconhecida no resultado à medida em que os serviços são efetivamente prestados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber e apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos.
Receitas associadas a ativos financeiros são reconhecidas apenas na forma de encargos financeiros, compreendendo juros e atualização monetária sobre os valores a receber do Poder Concedente, sendo apropriadas ao resultado conforme o regime de competência.
Os recebimentos relativos à recuperação do principal desses ativos não são reconhecidos como receita.

3.14. Receitas e despesas financeiras
As receitas financeiras compreendem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras e encargos incidentes sobre ativos financeiros da Companhia, incluindo juros e atualização monetária sobre valores a receber do Poder Concedente. As receitas de juros são reconhecidas no resultado pelo método da taxa efetiva de juros, conforme aplicável.
As despesas financeiras incluem, principalmente, despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente de provisões e contraprestação contingente, bem como variações no valor de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (exceto recebíveis). Os custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

3.15. Principais julgamentos e estimativas contábeis
A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetem os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e julgamentos que envolvem maior grau de subjetividade referem-se, principalmente, à constituição de provisões e à avaliação de contingências civis, trabalhistas e tributárias, cuja mensuração considera as melhores informações disponíveis, o histórico das operações e a avaliação dos assessores jurídicos externos.
As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente decorrente de eventos passados, cuja liquidação seja provável e cujo valor possa ser estimado de forma confiável. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis são apenas divulgados, em nota explicativa, enquanto aqueles avaliados como perdas remotas não são reconhecidos nem divulgados. Ativos contingentes não são reconhecidos e são divulgados apenas quando a realização for considerada provável.

As estimativas são revisadas periodicamente e os efeitos de eventual revisão são reconhecidos prospectivamente, quando aplicável. Os resultados efetivos podem diferir das estimativas adotadas pela Administração.
Com base nas avaliações realizadas, não foram identificadas contingências com probabilidade de perda classificada como provável ou possível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.16. Novos pronunciamentos para pequenas e médias empresas
Até a presente data, não foram emitidas novas revisões da NBC TG 1000 que alterem substancialmente os critérios contábeis aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	31/12/2025	31/12
--	------------	-------

São Luís, quarta-feira, 10 de junho de 2026

São Luís Engenharia Ambiental S.A. Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025.

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base na vida útil econômica estimada dos bens e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável, não tendo sido identificados indicadores de impairment em 31 de dezembro de 2025.

8. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais (i)	3.788	7.996
Total	3.788	7.996

(i) Representado basicamente por faturas em aberto de fornecedores de insumos e serviços utilizados nas operações da Companhia. A redução do saldo em 31 de dezembro de 2025 decorre, principalmente, da liquidação de obrigações no curso normal dos negócios.

9. Empréstimos e financiamentos

a) Composição

Agente financeiro	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Nordeste S.A.	255	255	703	958
Banco Daycoval S.A.	201	5.000	-	-
Banco John Deere	120	-	200	-
Total	576	5.255	903	958

A redução do saldo do empréstimo é resultado do pagamento efetuado sobre o principal da dívida, sendo os juros incorridos reconhecidos no resultado do exercício.

b) Movimentação

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	259	-
Captações	7.126	-
Juros	410	-
Pagamento de principal	(1.172)	-
Pagamento de juros	(410)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.213	-
Captações	361	-
Juros	877	-
Pagamento de principal	(5.095)	-
Pagamento de juros	(877)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.479	-

10. Obrigações trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	2.643	2.843
Provisão de férias e encargos	1.937	2.612
Encargos sociais a recolher	6.364	6.257
Total	10.944	11.712

11. Partes relacionadas

Passivo circulante – Fornecedores	% de Participação	31/12/2025	31/12/2024
Vital Engenharia Ambiental S/A	50,00%	12.033	5.860
URCD Ambiental (Limpe)	50,00%	832	951
Total no passivo circulante		12.865	6.811

Passivo não circulante – Fornecedores	% de Participação	31/12/2025	31/12/2024
Vital Engenharia Ambiental S/A	50,00%	-	8.079
URCD Ambiental (Limpe)	50,00%	19.988	21.039
Total no passivo não circulante		19.988	29.118

(i) Os saldos com partes relacionadas referem-se, principalmente, a valores a pagar decorrentes da prestação de serviços e locação de equipamentos, realizados no curso normal das atividades, sem encargos financeiros e sem vencimento definido.

12. Tributos diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não circulante		
PIS e COFINS	2.679	2.941
IRPJ e CSLL	386	165
Total	3.065	3.106

(i) Os tributos diferidos estão relacionados aos tributos incidentes sobre receitas reconhecidas pelo regime de competência e ainda não realizadas financeiramente, em especial aquelas decorrentes do contrato de concessão com o Poder Concedente.

13. Provisões para demandas judiciais

As provisões foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas.

A seguir a composição das provisões para demandas judiciais com prognóstico provável em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	1.099	762
Cível	53	265
Total	1.152	1.027

A Companhia está envolvida em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem, principalmente, pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos.

Movimentação

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo final em 31/12/2023	-	2.109
Adição	-	-
(-) Reversão	(1.082)	-
Saldo final em 31/12/2024	-	1.027
Adição	125	-
(-) Reversão	-	-
Saldo final em 31/12/2025	1.152	-

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos classificados pelos seus assessores jurídicos como de perda possível no montante de R\$ 456. Para contingências possíveis não é constituída provisão, os quais são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais recursais, a disposição do juízo, realizados pela Companhia para permitir a interposição de recurso nos processos trabalhistas, cíveis e fiscais em que figura como parte interessada.

Os depósitos judiciais são compostos por:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	721	685
Cível	293	293
Total	1.014	978

Movimentação

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo final em 31/12/2023	911	-
Adição	111	-
(-) Baixa	(44)	-
Saldo final em 31/12/2024	978	-
Adição	72	-
(-) Baixa	(36)	-
Saldo final em 31/12/2025	1.014	-

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 5.168, representado por 5.168.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva legal

Nos termos do estatuto social, 5% do lucro líquido do exercício deve ser destinado à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social.

A Companhia não constituiu reserva legal no exercício de 2025 por já ter atingido o limite estabelecido em lei.

c) Dividendos

O estatuto social estabelece a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025, foram apurados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 373.

Na mesma data, a Companhia possuía R\$ 8.077 registrados como dividendos a pagar, sendo R\$ 7.704 referentes a exercícios anteriores e R\$ 373 relacionados ao exercício corrente.

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício	7.460	(5.015)
(-) Reserva legal (5%)	-	-
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	7.460	(5.015)
Dividendos mínimos obrigatórios	(373)	-
Total de dividendos propostos	(373)	-
Total de dividendos a pagar	8.077	-

d) Reserva de retenção lucros

O Estatuto prevê que após a constituição da reserva legal e da distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro.

15. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços	210.395	194.709
Receita de infraestrutura (ICPC 01)	-	5.108
Total de receita bruta	210.395	199.817
(-) ISS	(10.775)	(10.246)
(-) PIS	(3.568)	(3.385)
(-) COFINS	(16.438)	(15.593)
Total de impostos sobre faturamento	(30.781)	(29.224)
Receita operacional líquida	179.614	170.593

16. Custos operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Insumos	(28.808)	(30.740)
Pessoal	(84.661)	(84.894)
Custos de construção (ICPC 01)	-	(3.990)
Locação	(24.866)	(24.955)
Serviços de terceiros	(28.643)	(27.154)
Depreciação	(2.447)	(1.595)
Outros	(4.204)	(4.469)
Total	(173.629)	(177.797)

17. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Comerciais	(40)	(92)
Conservação e limpeza	(453)	(387)
Material de escritório	(102)	(348)
Viagens e hospedagens	(210)	(225)
Seguros	(112)	(175)
Informática	(423)	(419)
Indevidíveis	(38)	(34)
Impostos e taxas	(13)	(537)
Administração central	(522)	(720)
Outras	(391)	(169)
Total	(2.304)	(3.106)

18. Outros resultados operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Ganho na alienação de ativo imobilizado	59	-
Reversão de provisão para demandas judiciais	-	1.082
Eventuais	767	237
Provisão para demandas judiciais	(125)	-
Outras	-	(14)
Total	701	1.305

19. Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Sobre aplicações financeiras	146	80
Atualização monetária (ICPC 01)	2.082	1.752
Atualização monetária	490	247
Juros (ICPC 01)	3.149	2.745
Outros	1.496	-
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(176)	(143)
Total	7.187	4.681

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras		
Bancária	(75)	(59)
Juros	(178)	(73)
Encargos sobre financiamentos	(913)	(410)
Outras	(464)	(284)
Total	(1.630)	(826)

Resultado financeiro líquido 5.557 3.855

As receitas financeiras incluem, substancialmente, juros e atualização monetária sobre créditos a receber do Poder Concedente, relacionados a acordo formal de reconhecimento de dívida, apropriados ao resultado conforme regime de competência e de acordo com os termos contratuais.

20. Despesas de IRPJ e CSLL

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

a) Tributos correntes

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	9.939	(5.150)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(3.379)	1.751
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Adições	(182)	(3.366)
Exclusões	955	1.502
Compensação de base negativa	284	34
Outros	63	(6)
Total	(2.259)	(85)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(2.259)	(85)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes	(2.259)	(85)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferidos	(220)	220
Total	(2.479)	135
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	22,73%	-
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL foi de 22,73% em 2025. Em 2024, não houve alíquota efetiva aplicável em razão de prejuízo antes da tributação.		

21. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. A administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela administração da Companhia. As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

i) Riscos de liquidez

A "política de aplicações financeiras" estabelecida pela administração da Companhia prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1a linha.

ii) Riscos de mercado e juros

A Companhia adota políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas com instituições financeiras de 1a linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado.

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciando, a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros para sua exposição líquida dos instrumentos financeiros contratados e atrelados à variação do CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado, levando em consideração a exposição líquida.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e empréstimos contratados, utilizando fundamentalmente os dados.

iii) Risco de crédito

A Companhia possui como clientes, majoritariamente, órgãos públicos municipais, o que reduz sensivelmente seu risco de crédito, mantendo, assim, garantias suficientes para mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

22. Seguros

Por exigência contratual, a Companhia mantém cobertura de seguros para garantir a execução dos contratos.

A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas em seus contratos.

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados, conforme descrito a seguir:

Riscos	Datas de vigência	Importâncias seguradas	Prêmios líquidos
Responsabilidade civil - Execução PPP	05/05/2025 a 05/05/2026	2.079	6
Equipamentos gerais	04/11/2025 a 04/11/2026	500	1

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

23. Compliance

Em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis, a Companhia e suas controladas mantem estrutura de compliance destinada a assegurar a aderência às leis, regulamentos e diretrizes internas aplicáveis às suas atividades. A Companhia adota práticas alinhadas às melhores referências de mercado, com o objetivo de promover a integridade, a transparência e a ética nas relações com seus colaboradores, parceiros de negócios e demais partes interessadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram mantidas e aprimoradas iniciativas relacionadas ao Programa de Integridade, incluindo:

- desenvolvimento e atualização de políticas e procedimentos internos;
- realização de treinamentos e ações de comunicação e conscientização;
- monitoramento contínuo e execução de atividades de auditoria;
- identificação, avaliação e gestão de riscos de compliance;
- observância das regulamentações aplicáveis ao setor de atuação;
- manutenção de registros e documentação de suporte às atividades de controle;
- disponibilização e divulgação de canais de denúncia, com garantia de confidencialidade e não retaliação.

A Companhia reforça seu compromisso com a melhoria contínua do Programa de Compliance, buscando o fortalecimento da cultura de integridade e a mitigação de riscos, em linha com as exigências regulatórias e as melhores práticas de governança corporativa.

Marcos José da Silva
Rubens José de Melo Sant'Anna
DIRETORIA

Walter Luis da Silva Junior - CRC-RJ 093.575/O-7
CONTADOR

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da São Luís Engenharia Ambiental S.A. São Luís - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da São Luís Engenharia Ambiental S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Luís Engenharia Ambiental S.A.

em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo

10 06 2026 pag08 pdf

Código do documento fa3be3a0-c272-4c61-b67e-c32a2e5b87a6

Anexo: 10.06.2026 pag09.pdf



Assinaturas



Pedro Batista Freire
priscillamarques@oimparcial.com.br
Assinou

Pedro Batista Freire

Eventos do documento

09 Jun 2026, 19:26:39

Documento fa3be3a0-c272-4c61-b67e-c32a2e5b87a6 **criado** por PEDRO BATISTA FREIRE (01604662-4bfc-4e7f-8e0c-b9c747f0418b). Email:priscillamarques@oimparcial.com.br. - DATE_ATOM: 2026-06-09T19:26:39-03:00

09 Jun 2026, 19:27:25

Assinaturas **iniciadas** por PEDRO BATISTA FREIRE (01604662-4bfc-4e7f-8e0c-b9c747f0418b). Email: priscillamarques@oimparcial.com.br. - DATE_ATOM: 2026-06-09T19:27:25-03:00

09 Jun 2026, 19:28:02

PEDRO BATISTA FREIRE **Assinou** (01604662-4bfc-4e7f-8e0c-b9c747f0418b) - Email: priscillamarques@oimparcial.com.br - IP: 187.60.123.111 (18760123111.tvninternet.com.br porta: 52672) - [Geolocalização: -2.502998166666667 -44.28885058333333](#) - Documento de identificação informado: 035.153.973-53 - DATE_ATOM: 2026-06-09T19:28:02-03:00

Hash do documento original

(SHA256):50bead1cdc680842c312864b94972e07dbf31fb877263d284f25205cce0c83a1
(SHA512):c07a7ca32b8291c778ef28b7efe790de622ca854ab74cfdc638ce99c307385ea003d380985b3a98d2e87b05cac3f962dca28ef9a1d72608a751d9eee54f17cd4

Hash dos documentos anexos

Nome: 10.06.2026 pag09.pdf
(SHA256):d3085b7722af29a0f5404809886787b8618bea24480dd84401cb073d3bb4484a
(SHA512):ecb6e129c8669eb6bc34b7ab9731e3f91c52b7f588f7420f7aca071041d41f7e0676e19757db4858edf243cd68dcc59d2d8dd6116bc73d6f84c17dd7e8d62d00

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.